



Processo de Consulta para Eleição Simultânea dos Cargos de Reitor e
Diretores Gerais dos *Campi* para o Mandato de 2018-2022

COMISSÃO ELEITORAL DO CAMPUS GUANAMBI

CARLITO JOSÉ DE BARROS FILHO

CANDIDATO A DIRETOR GERAL

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4344945589130344>

DIÁLOGO E AÇÃO

Plano de Trabalho para o período de gestão 2018-2022, proposto à candidatura ao cargo de Diretor-Geral do *Campus* Guanambi, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.

Guanambi-BA

2017

APRESENTAÇÃO

A "Constituição Cidadã", assim chamada a Constituição Federal de 1988, dentre os princípios para a educação brasileira, estabelece a obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática, sendo esses, regulamentados através de leis complementares e reafirmados na Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB) – Lei 9394/96.

Uma gestão democrática da educação implica a garantia da autonomia da Instituição de Ensino, a qual deve ser constantemente defendida e debatida. Uma gestão democrática deve contar com a participação efetiva da comunidade acadêmica (interna e externa) nos processos decisórios, incluindo a implantação de instâncias colegiadas e a escolha democrática dos dirigentes. Em todos os processos é importante ocorrer transparência nos atos, aspecto indissociável da divulgação de informações e indispensável ao controle coletivo.

Acompanhando o princípio de uma gestão democrática da educação, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, ao instituir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, estabelece que Reitores e Diretores-Gerais sejam nomeados após processo de consulta à comunidade acadêmica, atribuindo pesos iguais às manifestações do corpo discente, docente e técnico-administrativo.

O Plano que se segue é fruto de uma concepção crítico-emancipatória da Educação e de sua gestão. Pautado nos princípios da legalidade, moralidade, publicidade e transparência, entende que a unidade de ensino deve ser organizada e estruturada com o objetivo de promover o acesso, a permanência e o êxito do educando.

Consciente de que a obrigação legal e o fundamento existencial de nossa Instituição são a oferta de Educação Pública, Gratuita e de Qualidade, conforme consta em nosso Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos Projetos Político-Pedagógicos Institucional e do nosso *Campus*, este Plano representa mais que uma declaração de intenções, configura-se, antes

e além disso, em um compromisso com a comunidade acadêmica e com a sociedade em geral.

Em decorrência do exposto, a concisão, objetividade, concretude e exequibilidade foram características visadas na elaboração deste plano. O qual, mais do que com a percepção crítica do candidato, foi construído coletivamente por meio do diálogo com os diversos sujeitos que integram a comunidade interna e externa do IF Baiano-*Campus* Guanambi.

O Plano foi dividido em tópicos que apresentam uma série de ações a serem adotadas pela futura gestão, precedidas de uma contextualização que resume, a partir de uma perspectiva *multipessoal*, a análise do candidato sobre as realidades estrutural, organizacional e humana atuais do IF Baiano e do *Campus* Guanambi.

Tratar de políticas públicas e desenvolvimento institucional dentro da atual conjuntura político-econômica do Brasil não é coisa simples, nem caberia dentro de um plano que visa ser sintético. A base é o conhecimento profundo da formação e organização atual do Instituto em seus aspectos físicos e humanos, sobretudo os anseios das comunidades interna e externa.

Diante do exposto, o candidato enxerga que o desenvolvimento adequado de uma instituição de ensino profissional e tecnológico como a nossa, só é possível através da articulação do ensino com a pesquisa, a extensão e a inovação, a garantia da relação teoria-prática e o enriquecedor diálogo com todos os atores que integram a comunidade acadêmica do nosso *Campus* e a sociedade que o circunda e o permeia.

O desenvolvimento da Instituição, especificamente do *Campus* Guanambi, passa pela retomada das atividades dos setores produtivos, os quais não foram tidos como prioridade nos últimos anos. O *Campus* Guanambi é visto como um dos mais bem estruturados da Instituição, em termos das Unidades Educativas de Campo. Porém, é preciso garantir o seu desenvolvimento e continuidade, inclusive no que se refere a materiais básicos para o pleno funcionamento dos setores que atendem à comunidade acadêmica. É urgente também que o *Campus* Guanambi esteja preparado para as oportunidades de expansão e o angariamento de recursos extras a

serem empregados em necessárias melhorias. Sobretudo, a prioridade deve ser o desenvolvimento humano, para o qual, é indispensável a melhoria das condições de trabalho e estudo e das relações interpessoais e, em prol do qual, não podemos prescindir do contato direto e contínuo, sem obstáculos ou formalidades desnecessárias, da formação e qualificação permanente dos servidores e do cuidado com a saúde física, psicológica e social dos discentes, docentes, servidores técnico-administrativos e funcionários terceirizados.

O candidato que, doravante, se coloca à disposição para, por meio de processo de escolha por votação desta comunidade, ocupar o cargo de Diretor Geral do *Campus* Guanambi, o faz por ter a aceitação e o reconhecimento da comunidade, cujo retorno às suas ações o anima a tal empreendimento. Em quase dez anos de serviço efetivamente prestado a este *Campus*, a diversidade e a qualidade das experiências e ações por ele empenhadas, bem como, dos necessários estudos desenvolvidos, o credenciam a desempenhar esta importante função e a implementar as ações propostas.

O candidato oferece, enfim, à apreciação desta comunidade, o Plano que se segue, que foi coletivamente construído e que doravante se posta permeável à constante avaliação, controle e reconstrução pela coletividade que a acolhe.

Boa leitura a todas e todos.

Guanambi, 8 de novembro de 2017.

Carlito José de Barros Filho
Pedagogo – Candidato ao cargo de Diretor Geral
IF Baiano-*Campus* Guanambi

Sumário

1	PERFIL DO CANDIDATO.....	6
1.1	Breve Autobiografia	6
1.2	Atuação no IF Baiano	7
2	PLANO DE GESTÃO	11
2.1	Diretrizes Gerais do Plano.....	11
2.1.1	Fundamentos.....	11
2.1.2	Princípios.....	12
2.1.3	Valores.....	12
2.2	Procedimentos Administrativos	13
2.3	Ensino, Pesquisa e Inovação e Extensão.....	16
2.4	Comunidade Interna.....	19
2.4.1	Discentes	19
2.4.2	Servidores.....	27
2.5	Integração <i>Campus-Comunidade</i>	31
2.6	Considerações Finais e Agradecimentos	32

1 PERFIL DO CANDIDATO

1.1 Breve Autobiografia

De uma típica família pobre e rural do interior do Nordeste, nasci em 12 de março de 1979, em uma localidade próxima ao Distrito de Barra do Riacho, zona rural do município de Palmas de Monte Alto, Bahia. Passei minha infância, juntamente com meus cinco irmãos e irmãs, imerso no gritante contraste pobreza-riqueza, estando nós na ponta menos favorecida, é claro, proporcionado pelo auge da produção algodoeira que fazia branca a paisagem destas cercanias.

Alfabetizado em casa, aos cinco anos de idade, por minha mãe, de quem, mais tarde, tive a honra de ser professor, cresci instigado pela curiosidade e pela insatisfação diante da beleza e da crueldade do mundo que, aos poucos, descobria, em decorrência de um insaciável gosto pela leitura e por experiências com coisas reais, substratos próprios da aventura humana.

A história da minha relação com a Educação e o magistério inicia-se desde a formação básica, com o Curso Técnico em Magistério, realizado no Colégio Municipal Elisa Teixeira de Moura, na cidade de Palmas de Monte Alto. E esta relação se transformou em paixão inabalável, com a minha primeira experiência profissional, em 1997, a qual se deu em uma turma *multisseriada* de uma comunidade remanescente de quilombolas, situada a 42 km da sede daquele município e na qual pude vivenciar a importância e a responsabilidade libertadora do educador, diante de uma população historicamente condenada a servidão e à subserviência por um Estado que faz da injustiça social o principal alicerce de sua estrutura de dominação.

Diante da perplexidade da realidade que se descortinava e da falta de recursos que me impedia de ir mais longe e fundo nas minhas inclinações intelectuais, fiz do Curso de Licenciatura em Pedagogia, realizado na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no ano de 2005, um instrumento de compreensão da pessoa humana, do seu meio social e de suas relações e, principalmente, de luta contra injustiças e de transformação social.

Mesmo sendo aprovado em vários concursos públicos, de diversas áreas, jamais me afastei da área de educação, seja como professor, atividade à qual me dediquei de 1997 a 2008, seja como Pedagogo, em atividade de coordenação e assessoramento da prática pedagógica, à qual me dedico desde a posse e exercício em cargo efetivo no IF Baiano, *Campus* Guanambi, em 2008 – na época, denominada de Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira. Estas duas atividades, as quais considero complementares e articuladas, representa, para mim, a plenitude de uma prática profissional que me direcionou para o desejo de conduzir, por um tempo determinado, a atividade gestora no nosso *Campus*, o que significará a integração dos saberes de uma vida em prol do bem comum e da transformação de muitas outras vidas, aos quais tenho dedicado a minha própria.

1.2 Atuação no IF Baiano

No IF Baiano, desde meu ingresso, tenho me dedicado tanto às atividades de apoio à prática pedagógica quanto às de Gestão da Educação.

Sendo as atribuições do cargo efetivo que ocupo eminentemente relacionadas à gestão, sempre foram próprias da minha prática funcional, dentre outras funções, a busca, coletivamente articulada, de alternativas de superação das dificuldades encontradas no desenvolvimento da proposta pedagógica; a articulação da integração das atividades desenvolvidas no *Campus* com o trabalho pedagógico; o assessoramento dos Conselhos Acadêmicos, da Direção e dos professores em assuntos pertinentes à atividade pedagógica e a viabilização do trabalho pedagógico coletivo, facilitando o processo comunicativo da comunidade acadêmica e de associações a ela vinculadas.

Neste sentido, participei, desde o início do meu exercício, de diversas comissões e grupos de trabalho, dentre os quais, da elaboração e reformulação de Projetos Pedagógicos de Cursos Técnicos de Nível Médio e de Cursos Superiores, elaboração do Regulamento de Assistência ao Estudante PROEJA (primeiro projeto de auxílio financeiro a estudantes deste *Campus*), organização de processo seletivo de ingresso de estudantes e

de professores substitutos e da elaboração de regimentos, normativas e regulamentos do IF Baiano.

Nos anos de 2009 e 2010, ocupei os cargos de Coordenador Geral de Ensino (CGE) e Diretor de Desenvolvimento Educacional (DDE), hoje denominados, respectivamente, Coordenador de Ensino (CE) e Diretor Acadêmico (DA). Estas duas experiências contribuíram para ampliar a minha percepção acerca da gestão acadêmica no *Campus Guanambi*, das estratégias necessárias à construção do diálogo entre os diversos grupos e setores integrantes de nossa comunidade e ao desenvolvimento de relações interpessoais mais favoráveis à melhoria das condições de estudo e trabalho e, consequentemente, dos indicadores de qualidade institucional.

No período de 2011 a 2015, após ser eleito por meus pares, fiz parte da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IF Baiano, órgão autônomo, consultivo e deliberativo que é responsável por implementar o Processo de Autoavaliação Institucional, desenvolver estudos acerca da Avaliação Institucional e promover a cultura da autoavaliação no Instituto. Neste período, o referido órgão foi centralizado na Reitoria, sendo que, nos anos de 2014 e 2015, o presidi. A experiência destes dois mandatos de dois anos consecutivos me proporcionou um conhecimento mais aprofundado da realidade do IF Baiano como um todo, e do *Campus Guanambi* em específico, no que abrange os seus aspectos estruturais, organizacionais e dos resultados apresentados. Juntamente com outros integrantes desta comissão, produzimos dois artigos científicos sobre a Autoavaliação Institucional que foram apresentados e publicados no “Seminários Regionais Norte-Nordeste de Autoavaliação Institucional” promovido pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Percebendo que uma única CPA centralizada na Reitoria era insuficiente para dar conta do processo de autoavaliação de uma instituição com abrangência estadual como a nossa, promovi, junto com os demais membros, a alteração do Regimento da CPA, constituindo, a partir, da gestão subsequente uma CPA por *Campus* e ampliando e aprofundando o

comprometimento das gestões das unidades administrativas com a criação e manutenção das condições de trabalho deste importante órgão colegiado.

De 2012 a 2014, fui Orientador Bolsista do Curso Técnico em Agropecuária Concomitante ao Ensino Médio, ofertado no Município de Palmas de Monte Alto no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), ao qual minha dedicação, conhecimento técnico e potencial de trabalho em equipe, articulado com iguais competências de colegas comprometidos com a transformação social, contribuíram para o elevado êxito, a despeito de um interesse institucional (digo, da Reitoria) questionável, transformando a vida de muitos jovens que, sem este curso, concluiriam a Educação Básica sem muitas perspectivas profissionais e/ou de emprego.

Entre 2014 e 2016, por intermédio de processo eleitoral diante dos meus pares, compus, em mandato de dois anos, o Conselho Superior (CONSUP) do IF Baiano, órgão colegiado deliberativo máximo do nosso Instituto, ao qual minha dedicação e compromisso podem ser traduzidos em termos objetivos, sendo o conselheiro que mais compareceu às reuniões deste mandato, se fazendo presente em todas elas, e que mais assumiu relatorias, cumprindo todos os prazos. Além de ampliar a minha experiência de atuação política e técnica-organizacional dentro do IF Baiano, neste meu mandato pude defender, com êxito, direitos dos nossos Discentes, Docentes e Técnicos-Administrativos, dentre os quais, cito a modificação do regulamento que disciplina a remoção interna, protegendo o servidor de possíveis remoções de ofício arbitrárias por parte da Reitoria, alteração do regulamento para ascensão à Classe Titular da Carreira Docente, permitindo que os docentes que estavam atuando na carreira a tempo suficiente, sobretudo em atividades de ensino, pudessem ser promovidos à Classe Titular e aprovação das políticas que promoviam o acesso, permanência e êxito discente.

No período de 2014 a 2016, exercei a função de Coordenador Especial de Atividades Educacionais Noturnas, na qual pude contribuir para melhorar o suporte às atividades pedagógicas do turno noturno. Nesta

atividade, percebi a necessidade de integração e articulação dos cursos noturnos com os diversos setores e serviços existentes no *Campus*, vivenciando cotidianamente as dificuldades enfrentadas por estes e compreendendo o sentimento de abandono dos alunos deste turno.

A partir de outubro de 2016 até novembro de 2017, tive a oportunidade de ocupar a função de Chefe do Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito do Educando (NAPEAPEE), a qual permitiu-me integrar ainda mais com a competente Equipe Pedagógica do *Campus Guanambi*, coordenando o trabalho de assessoria pedagógica aos cursos, professores, estudantes e demais agentes da prática educativa do *Campus*, incluindo a realização de duas Jornadas Pedagógicas no ano de 2017.

Em suma, o conjunto de todas essas atividades, funções e cargos representaram para mim um itinerário formativo que permitiu a construção e a integração de saberes para a prática da gestão acadêmica, ampliando e aprofundando o meu conhecimento acerca das estruturas e ações do IF Baiano, sobretudo do *Campus Guanambi*, o que contribuiu de forma determinante para a minha aptidão ao cargo atualmente almejado e para o sucesso das ações que, em decorrência dele, serão empreendidas.

2 PLANO DE GESTÃO

2.1 Diretrizes Gerais do Plano

2.1.1 Fundamentos

- Ação educativa como ato político que não pode estar caracterizada pela neutralidade e tem como meta a passagem da consciência ingênua para a consciência crítica e a transformação social;
- Produção científica, orientada por fins humanísticos, como vetor para a melhoria da qualidade de vida;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas como meio de busca pela excelência;
- A instituição de ensino científico e tecnológico como centro de referência local e regional de educação tecnológica e desenvolvimento humano;
- Reconhecimento e valorização da realidade e da experiência do discente como principal determinante da aprendizagem;
- Promoção da inclusão social, da democratização do acesso, da permanência e do êxito do educando como indicadores de qualidade do ensino;
- Articulação indissolúvel entre Ensino, Pesquisa e Inovação e Extensão;
- Integração curricular das diferentes modalidades de ensino como meio de garantir uma formação *onilateral* nos diversos níveis e amplitudes;
- A dignidade da pessoa humana como fim e suas relações como meio de construção de uma instituição de excelência e de promoção de uma educação de qualidade.

2.1.2 Princípios

- Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, Eficiência e Eficácia;
- Tratamento igualitário, criterioso e justo entre as(os) servidoras(es) Docentes e Técnicos-Administrativos da Educação e Discentes, independentemente de sua opinião crítica à gestão ou posicionamento contrário ao escolhido pela maioria, observada as peculiaridades individuais quando necessário à promoção da justiça e humanidade;
- Prevalência do interesse público sobre os pessoais sempre que estes se contrapuserem;
- Liderança pelo exemplo;
- Visão sistêmica e integrada, articulando técnicas administrativas ao conhecimento pedagógico;
- Controle social e prestação de contas;
- Gestão compartilhada e descentralizada;
- Negociação e mediação como meio de resolução de conflitos;
- Valorização dos(as) Servidores(as) como forma de enriquecimento institucional;
- Trabalho como princípio educativo;
- Pesquisa e Extensão como princípios educativos;
- Articulação indissociável entre teoria e prática;
- Diálogo como método de busca da verdade e motor da ação.

2.1.3 Valores

- Respeito nas relações humanas;
- Transparência no trato da coisa pública;
- Excelência na oferta dos serviços;
- Simplicidade na resolução de problemas
- Participação democrática nos processos de tomada de decisão;
- Probidade nas ações administrativas.

2.2 Procedimentos Administrativos

Contextualização

Ao estabelecer um Plano de Gestão Democrática, devemos nos certificar, a *priori*, de que este não se trata de um “plano de poder”. É prioritário termos em mente, aliás, que o princípio fundamental da democracia é a distribuição equitativa do poder entre os integrantes do coletivo representado. Para tanto, é preciso garantirmos que os processos de tomada de decisões sejam democratizados e, para isso, é necessário delinear claramente os instrumentos de participação democrática e de controle coletivo.

Atualmente, no *Campus* Guanambi, já existem algumas estruturas e procedimentos próprios para o exercício democrático nos processos decisórios e o controle coletivo. No entanto, tais estruturas ainda são muito pouco exploradas e outras necessitam ser criadas.

Ações propostas

- Consolidação do Conselho Administrativo (CONAD) como órgão consultivo máximo do *Campus*, com realização de reuniões bimestrais para submeter os principais atos, documentos e projetos da administração à apreciação da comunidade por intermédio dos seus representantes;
- Proposição de alteração do Regimento do *Campus* e do CONAD para transformá-lo de órgão CONSULTIVO em órgão DELIBERATIVO, a fim de promover a democratização do processo decisório;
- Reestruturação da CPA, com a disponibilização de sala própria, mobiliário e equipamentos necessários ao desenvolvimento de suas atividades, bem como, de 50% (cinquenta por cento) da carga horária semanal do servidor que a presidir e 20% (vinte por cento) dos demais membros servidores para dedicação à Comissão, de modo a garantir a continuidade de suas ações avaliativas, o acesso aos conhecimentos produzidos a todos os

setores e integrantes da comunidade acadêmica e, consequentemente, promover a cultura da autoavaliação no *Campus*;

- Estabelecimento de canal comunicativo continuamente aberto com a CPA, a fim de manter uma constante coleta de informações acerca das necessidades do *Campus*, de modo a produzir, periodicamente, lista atualizada das ações demandadas por ordem de prioridade;
- Reuniões periódicas (no mínimo bimestralmente) com o Corpo Discente, Corpo Docente e Corpo Técnico-Administrativo para socialização das ações da Gestão, comunicação de ações pretendidas e colhimento de sugestões diretas da comunidade;
- Reuniões periódicas (no mínimo bimestralmente) com os Coordenadores dos Cursos e dos diversos setores do *Campus* para planejamento, acompanhamento e avaliação das estratégias de execução e prática das atividades de Ensino, Pesquisa e Inovação e Extensão;
- Reuniões periódicas (no mínimo bimestralmente) com as lideranças e representações estudantis com o objetivo de planejar e estabelecer estratégias e ações relacionadas aos assuntos estudantis;
- Reuniões periódicas entre a Equipe Diretiva com a participação de eventuais interessados diretamente na pauta estabelecida e posterior publicação do resumo ou ata no site do *Campus*;
- Estabelecimento de grupos focais como estratégia de enfrentamento dos problemas administrativos dos diversos setores;
- Elaboração e estabelecimento de um padrão de fluxo de processos como objetivo de agilizar o atendimento às demandas da comunidade, de modo a garantir resposta a 100% (cem por cento) das solicitações em tempo hábil e eliminar barreiras burocráticas desnecessárias;

- Descentralização do controle orçamentário desde o planejamento até sua execução, com a participação da comunidade (Orçamento Participativo), com destaque para as diversas coordenações que possuirão conhecimento e controle sobre uma parcela do Orçamento para atendimento às peculiaridades e necessidades de suas atividades, promovendo a sua autonomia assistida;
- Reestruturação do Núcleo de Gestão de Tecnologias da Informação (NGTI) com parceria entre os profissionais do Setor e os docentes da área de Informática e seus respectivos cursos, com o objetivo de modernizar e otimizar os recursos de processamento e fluxo de dados (incluindo ampliação da rede de fibra ótica e a banda de acesso à Internet), bem como sua aplicação na prática pedagógica do *Campus*;
- Criação da página "Transparência Administrativo-Financeira" a ser disponibilizada no site do *Campus*;
- Implementação/melhoria da Política de Comunicação Social no *Campus*;
- Incentivo a iniciativas inovadoras de práticas administrativas que resultem na melhoria deste Plano, das ações e dos serviços prestados à comunidade por meio de homenagens de reconhecimento do mérito e de premiações legalmente permitidas;
- Melhoramento da integração do *Campus* com a comunidade externa local por meios de parcerias e convênios com entidades e órgãos públicos/privados para o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão;
- Publicação permanente dos atos da gestão por meio de mídia impressa fixada em locais de circulação pública, Internet, intranet, meios radiodifusores e, pessoalmente, em reuniões com os diversos setores da comunidade;

- Divulgação e transparência na prestação de contas e demais ações realizadas no *Campus*;
- Criação de mecanismos para analisar e avaliar de forma periódica o andamento das ações desenvolvidas pelo *Campus*.
- Descrição e publicação das atribuições de todos os setores e cargos em comissão (CDs) e funções gratificadas (FGs), por chefia/coordenação/direção a eles (setores) vinculados;
- Elaboração de instrumentos para a avaliação periódica dos CDs, das FGs, dos setores e da Direção Geral;
- Criação de comissões internas, para revisar critérios e trâmites, além de supervisionar, prevenir ou sanear fragilidades, visando agilizar os processos administrativos e promover a autonomia do *Campus* e dos seus setores;
- Provimento dos cargos comissionados por meio de processo que defina os critérios de nomeação e o perfil dos seus titulares, ouvindo previamente a comunidade interna;
- Priorização de ações de melhoria e ampliação da infraestrutura (condicionada a disponibilidade financeira) relacionadas aos seguintes empreendimentos:
 - Elaboração e execução de projetos de acessibilidade para o *Campus*;
 - Execução do projeto de Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI);
 - Execução do projeto para construção do prédio de coordenações de cursos, DA, CE;
 - Construção de Refeitório;
 - Implantação de incubadora de empresas e empreendimentos sociais.

2.3 Ensino, Pesquisa e Inovação e Extensão

Contextualização

Conforme expresso Projeto Político Pedagógico (PPP) do *Campus* Guanambi, em harmonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional

(PDI) e o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do IF Baiano, o Ensino, atividade fim desta Instituição, é indissociável da pesquisa e extensão, sendo este tripé marco epistemológico da identidade institucional, que coaduna saber, investigação e ação comunitária, que se interligam aos arranjos produtivos locais, às tecnologias sociais e à inovação tecnológica.

Ações Propostas

- Promoção da articulação entre teoria e prática nos cursos dos diversos níveis e modalidade de ensino com a reestruturação e revitalização dos setores produtivos, de serviços e de laboratórios, integrando-os ao currículo dos cursos por meio da aproximação e articulação dos setores e seus profissionais com as coordenações e profissionais dos cursos, sobretudo, nas atividades de planejamento;
- Implementação de ações de fomento à realização de projetos artísticos, culturais e esportivas integradas e articuladas ao ensino, por meio de editais internos e parcerias com instituições externas;
- Incentivo a docentes, discentes e técnicos administrativos no desenvolvimento, juntamente com os agentes setoriais, de soluções inovadoras para problemas vivenciados nos setores, assim como nas comunidades externas, incentivando-os a realizarem trabalhos científicos acerca destes problemas (pesquisa e extensão, iniciação científica, TCC);
- Promoção da autonomia dos cursos por meio do Orçamento Participativo;
- Gestão orientada por indicadores avaliativos (dados da CPA, *checklist* de avaliações *in loco* do SINAES) e escala de prioridade;
- Criação de bolsas de incentivo ao esporte e à cultura para os discentes que se dedicarem mais nestas atividades;

- Apoio à captação de recursos, elaboração e gestão financeira de projetos de pesquisa, extensão e inovação;
- Ampliar e melhorar os recursos de informática no instituto (link de acesso à Internet e Laboratórios de Informática e terminais de acesso) com vistas a aumentar e melhorar o acesso dos alunos à informação e comunicação;
- Realização de estudo com o objetivo de identificar focos desencadeadores de estresse em Discentes e Servidores Docentes e Técnico-Administrativos, buscando soluções coletivas para as causas e reduzindo as suas consequências (apatia, agressividade, hiperatividade, queda do rendimento funcional e acadêmico, doenças ocupacionais, consumo de álcool e drogas);
- Ampliação e intensificação dos Programas de Nivelamento, Tutoria e Monitoria institucionalizados na Política de Acesso, Permanência e Êxito do IF Baiano, em parceria com as Coordenações dos Cursos e NAPEAPEE;
- Assistência psicopedagógica, psicológica e social aos estudantes com dificuldades de aprendizagem, disponibilizando os meios necessários para melhor atendimento dos discentes e seus familiares;
- Reestruturação do NAPEAPEE e ressignificação do papel dos Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais, conforme as atribuições estabelecidas para estes cargos nos respectivos edital de concurso e a partir de contribuições dos referidos profissionais;
- Reafirmação do papel pedagógico dos profissionais de Psicologia e Serviço Social, conforme as atribuições estabelecidas para estes cargos nos respectivos edital de concurso e a partir de contribuições dos referidos profissionais;
- Implementação de programa de formação de professores em serviço, partindo das demandas formativas diagnosticadas;
- Planejamento articulado entre as coordenações dos cursos e as dos setores produtivos, dos laboratórios e da Biblioteca, criando

comissões de compras visando a aquisição de insumos, materiais de laboratório e livros;

- Implementação do Sistema de Laboratórios com acompanhamento e controle *online* de estoque com implantação de *software* desenvolvido por discente em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- Utilização de área produtiva, doada ao IF Baiano pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), localizada entre as barragens de Estreito e Cova-da-Mandioca, por meio da implantação de projetos e/ou realização de convênio com produtores locais com objetivo pedagógico e para produção de alimentos para consumo no refeitório do *Campus*;
- Realização de convênios que fomentem geração e utilização de energias alternativas, reaproveitamento de água e resíduos e outras atividades que se relacione com à sustentabilidade ambiental;
- Ampliação das atividades realizadas no turno noturno, com a criação de turmas especiais, implantação de projetos pedagógicos, realização de eventos e Estudo de Demanda para criação de mais um curso noturno.

2.4 Comunidade Interna

2.4.1 Discentes

2.4.1.1 Assistência ao Educando

Refeitório

Contextualização

O Refeitório é parte integrante da Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN). Trata-se de um setor de extrema importância ao processo de ensino-

aprendizagem, uma vez que a alimentação exerce influência determinante na atividade cognitiva, sobretudo na infância e adolescência, devendo ela ser considerada como componente da prática pedagógica – o tempo-espacó das refeições deve ser considerado tempo-espacó pedagógico em toda sua riqueza de oportunidades educativas. O refeitório do IF Baiano, *Campus* Guanambi, conta, neste ano de 2017, 18 anos da sua inauguração. Foi alterada pouca coisa de sua estrutura inicial, a despeito da população atendida ter se multiplicado, aproximadamente, cinco vezes! É claro que devemos estar cientes das dificuldades, considerada a nossa atual situação orçamentária, em se construir um novo refeitório com estrutura completamente adequada ao atendimento deste público, contudo, é possível adequar a estrutura existente para atendimento mínimo às boas práticas de manipulação de alimentos e aos princípios pedagógicos da alimentação escolar, conforme recomendação já elaborada pelos nutricionistas responsáveis pela UAN em consonância com os princípios sócio-pedagógicos orientados pela equipe multiprofissional de apoio pedagógico que envolve Assistente Social, Pedagogos, Psicólogos e Técnicos em Assuntos Educacionais.

Ações Propostas

- Reestruturação e reorganização do Refeitório, conforme sugestões dos nutricionistas lotados na UAN sistematizadas em Relatório de Visita Técnica já encaminhado à Gestão do *Campus*;
- Elaboração de projeto para construção de um novo Refeitório, caso suja oportunidade de captação de recursos financeiros para ampliação da estrutura física do *Campus*, considerando esta como prioridade alta;
- Criação de comissão para aquisição de gêneros alimentícios com representação estudiantil e coordenada pelos nutricionistas do *Campus*, cujos pareceres serão determinantes na definição dos gêneros a serem adquiridos;

- Incentivo à aquisição de gêneros alimentícios saudáveis, dando prioridade a fornecedores locais, agricultores familiares e produtores conveniados;
- Criação de comissão para elaboração de proposta de ações para redução do desperdício no Refeitório que terá 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, cujo Relatório será analisado e aprovado pelo Conselho Administrativo, tornando norma a ser seguida pela Administração do *Campus* e sua comunidade;
- Operacionalização das catracas de acesso ao Refeitório para controle estatístico do público atendido com fins de melhoria no serviço prestado e redução das filas;
- Ampliação do salão de alimentação para melhor atendimento;
- Reestruturação e reorganização do salão de alimentação para melhor fluidez e redução das filas;
- Cobertura e reestruturação da área em frente ao Refeitório e Cantina para maior conforto para o público atendido, protegendo-o do sol e criando área de convivência;
- Distribuição de lanches noturno (após o jantar) para os alunos internos;
- Acompanhamento nutricional e oferta de refeição alternativa aos alunos com restrições alimentares;
- Ampliação e reforma da cantina para permitir melhor atendimento ao público com aumento da variedade e da oferta de alimentos preparados na hora;
- Estudo e monitoramento da qualidade da água potável disponibilizada aos alunos com a melhoria do sistema de fornecimento;

Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante – PAISE

Contextualização

O PAISE é parte integrante da Política de Assistência Estudantil do IF Baiano. Tal política é baseada no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), do Ministério da Educação.

O referido Programa visa atender, prioritariamente, às necessidades do corpo discente, cuja renda familiar per capita seja de até um salário-mínimo e meio vigente, por meio da concessão de Residência Estudantil, Auxílio-Alimentação, Auxílio Cópia e Impressão, Auxílio Moradia, Auxílio-transporte, Auxílio Material Acadêmico, Auxílio Uniforme, Auxílio-creche, Auxílio Eventual, Auxílio Permanência e Auxílio PROEJA. Sendo os três primeiros citados oferecidos em forma de serviços e os demais através de repasse financeiro direto ao discente.

Os estudantes têm reclamado constantemente de dificuldades de acesso aos auxílios. Dentre as principais queixas estão a descontinuidade dos repasses financeiros, que os leva a ficarem inadimplentes com os operadores de transporte, por exemplo; a troca de auxílio recebido entre um edital e outro, sem a visita do assistente social e sem explicações; o excesso das exigências documentais, que dificulta e, às vezes, até impede o acesso ao auxílio; excesso de filas e morosidades durante as inscrições, devido, principalmente, à não informatização do processo e ao mal planejamento das etapas; e discriminação dos alunos contemplados com a Residência Estudantil na concessão de outros auxílios, independentemente da condição de vulnerabilidade social.

Ações Propostas

- Informatização do processo de inscrição para a redução das filas, das ausências dos alunos nas aulas e de perdas dos horários das entrevistas;
- Melhoria no planejamento anual das seleções para que não haja interrupção dos repasses entre o término da vigência de

um edital e o início de outro, bem como atrasos no pagamento durante a vigência do edital;

- Atuação junto a Reitoria para que o PAISE volte a ser regido por edital interno de cada *Campus*, derivado de um edital-mãe central, para que seja possível adequar o auxílio, inclusive valores e condições de concessão, às características específicas de cada *Campus* e região;
- Definição dos valores dos auxílios financeiros sem discriminação dos alunos internos, uma vez que os critérios e motivos da concessão da residência estudantil podem ser independentes daqueles que justifica a concessão de auxílio financeiro.

Residências Estudantis

Contextualização

A permanência integral do estudante, oriundo de municípios distantes e/ou que tenha dificuldade de translado diário, preferencialmente, aquelas(es) entre 12 a 18 anos, em situação de vulnerabilidade social e baixa condição econômica é viabilizada por dois conjuntos de alojamentos que atendem, separadamente, discentes do sexo masculino e feminino.

Esta assistência é de grande importância para a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade e representa um diferencial de nossa instituição. Contudo, não basta disponibilizar a estrutura residencial, é necessário oferecer condições adequadas para a promoção da dignidade humana, da cidadania e do desenvolvimento socioafetivo e cultural.

Ações Propostas

- Manutenção periódica das instalações com ênfase à prevenção da depredação dos alojamentos em parceria com os alunos internos;
- Instalação de pias e estruturas sanitárias adequadas à higienização nos alojamentos;

- Aparelhamento dos alojamentos por meio dos recursos não utilizados do orçamento do PAISE.

Setor Médico-Odontológico

Contextualização

O Setor Médico-Odontológico do *Campus Guanambi*, representa uma estrutura e um conjunto de profissionais de suma importância ao bem-estar e segurança discente no *Campus*, sobretudo, dos estudantes internos. Trata-se de um aspecto que merece maior atenção por parte da Gestão, que deve garantir os atendimentos próprios do Setor nos horários estabelecidos, a manutenção de medicamentos de uso cotidiano e de primeiros socorros, bem como as ações de promoção da saúde e prevenção de doenças específicas.

Ações Propostas

- Reestruturação e municiamento do Setor Médico-Odontológico com os materiais básicos para o seu funcionamento adequado e atendimento às demandas da comunidade acadêmica;
- Elaboração e execução de projetos e programas que promovam a prevenção da gravidez precoce e/ou não-planejada indesejada, das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), do uso abusivo de álcool e entorpecentes, das doenças psíquicas e demais ações relacionadas à saúde pelos Profissionais que integram o Setor Médico-Odontológico;
- Continuidade e incentivo das ações construídas pela Comissão de Promoção da Saúde;

Participação e Protagonismo Estudantil

Contextualização

O estudante precisa ser considerado, enquanto ser político e politizado, capaz de autodeterminação, autonomia e transformação da realidade na qual se insere, como um valioso parceiro no desenvolvimento e

no cumprimento da missão social do IF Baiano. Para tanto, é necessário conhecê-lo, enquanto indivíduo e coletivo, ouvi-lo e empoderá-lo no processo de construção institucional e da prática educativa.

Ações Propostas

- Fortalecimento e incentivo à atuação do Grêmio Estudantil, Diretório Acadêmico e demais representações estudantis como o oferecimento de estrutura e apoio a reuniões, eventos e publicações relacionados às causas estudantis;
- Fomento à criação de uma *Rádio Web* com controle majoritário das representações estudantis;
- Manutenção do diálogo aberto, constante e igualitário com as representações estudantis e os estudantes em geral, mantendo a estrutura administrativa acessível à classe estudantil e derrubando barreiras burocráticas desnecessárias;
- Fomento à criação e ao desenvolvimento de empresas juniores e da cooperativa-escola por meio da oferta de suporte técnico, estrutural e logístico;
- Realização de reuniões periódicas da Direção Geral com as representações estudantis e com o corpo discente;
- Incentivo e apoio institucional a eventos de arte, cultura, esporte e lazer de iniciativa estudantil;
- Agilidade nas respostas às solicitações formais dos estudantes, dispensando, sempre que possível, formalidades hierárquicas;
- Diálogo com os estudantes e as representações discentes para definição de ocupação de cargos relacionados aos Assuntos Estudantis.

Política da Diversidade e Inclusão

Contextualização

O direito à educação escolar inclusiva constitui-se em uma conquista, através da qual se consolida a cidadania e conduz a outras garantias (saúde,

habitação, segurança, etc.). A inserção no processo educativo escolar representa, assim, o caminho para a defesa e a promoção da igualdade de direitos.

Embora a legislação brasileira assegure a igualdade de direitos a todos os cidadãos e cidadãs, independentemente de sua etnia, raça, idade, gênero, orientação sexual e/ou credo, a luta de alguns grupos sociais em fazer valer estes direitos ainda persiste. Podemos citar, dentre estes grupos, as pessoas com deficiência, os afrodescendentes, os indígenas, as mulheres, as pessoas em desvantagem social e as que pertencem à diversidade sexual.

Ações Propostas

- Empenho na disponibilização de intérpretes/tradutores de libras para atendimento aos estudantes surdos, agindo com alta prioridade na prevenção de descontinuidade dos serviços prestados por tais profissionais;
- Aquisição de material didático em braile e providências imediatas para o uso adequado de todos os materiais e equipamentos destinados às pessoas com necessidades educacionais específicas;
- Melhoria da acessibilidade do *Campus* através da realização de obras de implantação e adequação de estruturas acessíveis e da observação do Regimento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que determina a submissão do recebimento de obras concluídas ao parecer de acessibilidade do NAPNE;

Mobilidade Estudantil e Transporte Escolar

Contextualização

O transporte estudantil e as residências estudantis externas ao *Campus* sempre foram tratados como assuntos alheios à Gestão Institucional como se tais aspectos não interferissem diretamente nas atividades pedagógicas e no acesso, permanência e êxito dos estudantes. Não

podemos conceber uma instituição de ensino isolada do meio e dos fenômenos que a envolvem. Portanto, é preciso empenharmos ações que integrem e articule o cotidiano externos dos discentes que residem em repúblicas e casas estudantis próximas ao *Campus*, bem como daqueles que fazem uso diário do transporte escolar, à nossa atuação institucional.

Ações Propostas

- Atuação juntos às prefeituras e secretarias dos municípios atendidos pelo IF Baiano com o intuito de estabelecimento de ações, como concessão de transporte e aluguel de residência, por exemplo, que facilitem o acesso e a permanência dos estudantes oriundos destes municípios no *Campus Guanambi*;
- Acompanhamento das condições do transporte diário dos estudantes e proposições de melhorias junto às empresas prestadoras deste serviço;
- Disponibilização e de veículo para deslocamento interno pelos setores do *Campus* aos estudantes com dificuldades de locomoção, quando necessário;

2.4.2 Servidores

2.4.2.1 Docentes

Contextualização

O quadro docente do *Campus Guanambi* é composto, atualmente, por 107 professores, sendo que, destes, 92 são efetivos, 14 encontram-se afastados e 16 são substitutos/temporários.

O Corpo Docente é considerado muito qualificado, uma vez que a maioria possui titulação de mestrado ou doutorado e continuamente tem elevado o índice de formação. No entanto, levantamentos recentes revelam demandas formativas (sobretudo, relacionadas à formação pedagógica) e de melhorias das condições de trabalho (melhores instalações para trabalho extraclasse, suporte técnico-pedagógico) e das relações interpessoais.

Ações Propostas

- Incentivo à capacitação e à qualificação docente, por meio de convênios e parcerias com outras instituições de ensino (Minter e Dinter, por exemplo) e agilização e empenho nos processos de afastamento docente com a contratação de professores substitutos;
- Realização de cursos e atividades coordenadas de formação em exercício para os docentes do *Campus*, inclusive, ofertando licenciatura aos professores que não a possuírem;
- Empenho para a regulamentação da flexibilização da carga horária docente, de modo a garantir que o professor tenha mais disponibilidade para preparo de suas aulas e dedicação às atividades de pesquisa e extensão;
- Apoio aos processos de remoção interna orientando e cooperando, com a participação dos docentes, em editais de remoção, para que seja facilitada a possibilidade de o professor exercer suas atividades, próximo dos locais de preferência e, consequentemente com maior motivação e melhor qualidade no serviço prestado;
- Criação de mecanismos que facilite a comunicação direta dos Docentes com a Reitoria, nos casos em que se dispense anuênciam das chefias e que a necessidade de agilidade a justifique.

2.4.2.2 Técnicos Administrativos da Educação

Contextualização

O Corpo Técnico-Administrativo do *Campus* Guanambi é composto por 114 (cento e catorze) servidores enquadrados no Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação (PCCTAE), distribuídos nos níveis A, B, C, D e E. O quadro apresenta uma demanda por qualificação a tempos reprimida no Instituto. Além das reivindicações formativas, há

aspirações relacionadas à flexibilização, legalmente prevista, da jornada de trabalho, melhoria das condições e dos ambientes de trabalho e maior participação em programas de pesquisa e extensão.

Ações Propostas

- Criação de Minter (Mestrado Interinstitucional), preferencialmente nas linhas de pesquisa Gestão da Educação e Gestão Pública;
- Ampliação do número de setores atendidos pela flexibilização da jornada de trabalho (jornada de 30 h semanais), legalmente prevista, estendendo este regime aos setores que apresentam as condições previstas na legislação e quantitativo de pessoal suficiente;
- Incentivo de participação em cursos de capacitação e qualificação, promovidos ou autorizados pelo *Campus*, computando a carga horária empreendida como carga horária efetiva de trabalho;
- Oferta de cursos de formação continuada no próprio *Campus*, quando a quantidade de participações demandada assim justificar, reduzindo custos, ausências e desgaste dos servidores, melhorando os serviços prestados e contribuindo para a qualificação profissional e o desenvolvimento pessoal do maior número de servidores possível;
- Criação de mecanismos que facilite a comunicação direta dos Técnicos-Administrativos com a Reitoria, nos casos em que se dispense anuênciam das chefias e que a necessidade de agilidade a justifique.

2.4.2.3 Terceirizados

Contextualização

A despeito dos regimes jurídicos distintos e das diferenças nas relações trabalhistas, os funcionários terceirizados que exercem função

pública ou prestam serviço público, equiparam-se, para fins legais, ao servidor público. Portanto, devem ser tratados com igualdade, no que se refere ao respeito à sua dignidade e no cuidado com o seu bem-estar.

Atualmente, temos 45 (quarente e cinco) funcionários terceirizados atuando no *Campus Guanambi*, os quais prestam um importante trabalho que contribui crucialmente para a qualidade e a relevância social de nossa Instituição. Sendo assim, uma gestão que preza pela qualidade da educação não pode deixar de reservar destaque especial para tratar desta categoria que tanto tem contribuído para o nosso êxito.

Ações Propostas

- Acompanhamento ostensivo dos contratos de prestação de serviços e de trabalho estabelecidos com as empresas terceirizadas com o intuito de prevenir atrasos salariais e desrespeitos aos direitos trabalhistas;
- Acompanhamento da progressão salarial, recolhimento aos fundos sociais e das ações de proteção às quais as empresas são obrigadas por lei;
- Fomento à participação de funcionários terceirizados em cursos de extensão promovidos pelo *Campus* e/ou instituições conveniadas;
- Oferta, às expensas do *Campus* ou das respectivas empresas terceirizadas, de cursos de requalificação profissional nos casos de reestruturação das atividades terceirizadas, visando a realocação do funcionário em outra função, observando o Princípio da Continuação do Contrato de Trabalho e, assim, preservando o respectivo emprego e fonte de renda;
- Integração e incentivo da participação em todos os eventos que envolva homenagens e confraternização aos servidores do *Campus Guanambi*;
- Realização de homenagens a funcionários terceirizados que demonstrarem desempenho excepcional, criatividade ou

propuserem soluções inovadoras aos problemas relacionados ao *Campus*;

2.5 Integração *Campus*-Comunidade

Contextualização

Uma Instituição de Ensino não pode se desenvolver adequadamente nem exercer sua relevância social se não se mantiver permeável às ricas trocas com o meio social que a envolve. É necessário, portanto, que a gestão do *Campus* se aproxime das comunidades locais, participando da vida comunitária e se fazendo presente em todos os eventos e discussões de relevância social para os quais for solicitada ou possuir interesse direto ou mediado.

Ações Propostas

- Desenvolvimento de um Plano de Comunicação Interna e Externa para o *Campus*;
- Consolidação da Política de Comunicação, interna e externa, reorientando-a para o uso intensivo de todas as mídias e das redes sociais;
- Intensificação da divulgação das ações do *Campus* na comunidade local e regional, através da Assessoria de Comunicação, buscando melhorar o fluxo das informações dentro e fora do *Campus*;
- Fortalecimento dos canais institucionais de diálogo com os movimentos sociais;
- Criação da Ouvidoria do *Campus*;
- Realização de convênios e parcerias com produtores, personalidades de destaque, Sociedade Civil Organizada (especialmente a Cooperativa) e instituições de ensino do Núcleo e Vila de Ceraíma e demais comunidades locais, expandindo os potenciais produtivos (econômicos, artísticos, culturais e científicos) destes entes;

- Priorização e melhoria do acompanhamento de egressos, mantendo informações e base de dados periodicamente atualizados no site do *Campus*;
- Realização de encontro bienal de egressos, com realização de congresso, exposição de trabalhos científicos e empreendimentos e realização de feira de negócios.

2.6 Considerações Finais e Agradecimentos

O Plano de Trabalho apresentado deve ser encarado como um "projeto vivo". Antes de algo completo, espero que este apresente aos leitores a sua imperfeição e incompletude. Que, aberto às críticas e contribuições, seja algo que possa ser reconstruído continuamente.

Assim como o plano apresentado, se eleito, estarei continuamente à disposição de toda a comunidade, sempre aberto ao diálogo e, consciente da minha imperfeição e incompletude, pronto a me reinventar e humildemente tentar o novo.

O grande mérito desta campanha, o que é corroborado por minha trajetória, será mostrar que o diálogo é possível. Sobretudo, o diálogo deve preceder toda ação transformadora, se pretendemos uma transformação para melhor. Pretendo mostrar que é possível uma Gestão conciliadora, ativa e para todos. Não há como melhorar uma instituição gerindo para um grupo, assim como também não se melhorará deixando algum grupo de fora. Reafirmo, portanto que o meu compromisso é com o *Campus Guanambi*, com toda a nossa comunidade e com o nosso desenvolvimento. Tenho certeza que juntos daremos o grande salto de qualidade.

Por fim, reitero que o presente Plano foi fruto de uma construção coletiva. Por conta disso, agradeço a todos e todas que, de alguma forma, contribuíram para a sua elaboração, seja com as correções, com os acréscimos, com as críticas e os elogios motivadores ou contribuindo com propostas e sugestões.

Assim sendo, conclamo a toda a comunidade a se engajar nessa empreitada, com firmeza, esperança, ética e um profundo respeito pela

dignidade e opiniões dos colegas e dos adversários neste processo político-democrático. Lembrem-se que, muito além de adversários políticos, somos irmãos nesta caminhada institucional e, principalmente, na grande jornada da vida.

Abraço fraternal a todos e todas desta comunidade!